UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV – JACOBINA
LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA
ARIANNE MACHADO CORDEIRO

"ESSE SEXO QUE É NOSSO": a construção da igualdade e autonomia das mulheres em o *Mulherio* (1981-1988)

Jacobina-Ba, 2019

Arianne Machado Cordeiro

"ESSE SEXO QUE É NOSSO": a construção da igualdade e autonomia das mulheres em o *Mulherio* (1981-1988)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas – Campus IV, Colegiado de História, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Profª Dr.ª Caroline Silva Santos

Jacobina-BA, 2019

Arianne Machado Cordeiro

“ESSE SEXO QUE É NOSSO”: a construção da igualdade e autonomia das mulheres em o *Mulherio* (1981-1988)

Monografia submetida à Comissão Examinadora da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, Campus IV, Jacobina-Ba, como parte dos requisitos necessários para obtenção da graduação do curso de Licenciatura em História.

Composição da banca Examinadora:

Professora Orientadora: Drª Caroline Silva Santos

UNEB- DCH IV

Profª Drª Elisângela Oliveira Ferreira

UNEB- DCH IV

Profª Drª Márcia Maria da Silva Barreiros

UNEB- DCH

Aprovado em 24 de Setembro 2019.

Jacobina-Ba

Dedico este trabalho aos meus pais, irmãs e ao meu companheiro, que sempre acreditaram em meu potencial, me aconselharam e juntaram-se a mim em todos os momentos desta jornada.

AGRADECIMENTO

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças para concluir essa jornada e superar todas as dificuldades ao longo do caminho. Manifesto aqui minha gratidão com esta universidade que me abraçou por esses últimos anos. Agradeço ao corpo docente do Colegiado de História em especial a Professora Caroline Silva, que foi mais que uma orientadora, pois contribuiu das mais diversas formas para o meu crescimento profissional.

Ao longo desses anos tive o prazer de contar com amigos: Ideilton Freire, Maria Aparecida, Joanaline Freire, Micaele Evelin e Joelma Trindade. A todos eles, muito obrigada! Em especial a Silvia Oliveira, prima, amiga e irmã que fez parte da minha vida desde criança. Nosso vinculo comprova que verdadeiras amizades continuam a crescer, mesmo a longas distâncias.

Sou grata a minha família que me ofereceu todo o apoio e incentivo. Meus queridos pais, Ednamarta e Paulo Cesar, que desde sempre me acompanharam, me motivando e orientando, as minhas irmãs Mariana e Sophia que sempre me inspiraram, ao meu irmão Ítalo Rafael, que tenho grande admiração, ao meu amado esposo Leandro, agradeço pela sua presença e amparo. Aos meus avós Antônio Meneses, Judite Machado (in memória), Maria das Graças e Osvaldo Cordeiro que contribuíram para que a concretização desse sonho.

A todas as pessoas que de alguma forma fizeram parte dessa jornada, eu agradeço com todo meu coração, pois, foi graças ao amor, carinho e companheirismo incondicionais, este percurso tronou-se possível.

Tudo começou tão ontem, que de fato ainda está começando.

Marina Colasanti (1981)

RESUMO

Este trabalho analisa parte da história do movimento feminista no Brasil na década de 1980 a partir das publicações do periódico *Mulherio* (1981-1988. Os movimentos sociais se fortalecem e contribuem para a organização do movimento feminista no Brasil. As lutas contra o regime ditatorial tomaram formas variadas, inclusive nas fundação dos primeiros jornais da esquerda feminista e o desenvolvimento de um novo feminismo que levou à arena pública temáticas até então restritas aos espaços privados.

Palavras chaves: Feminismo, políticas do corpo, *Mulherio*.

ABSTRACT

This paper analyzes part of the history of the feminist movement in Brazil in the decade of 1980 from the publications of the periodical Mulherio (1981-1988. In the period of great political effervescence marked by the final years of the military dictatorship, social movements are strengthened and contribute to the organization of the feminist movement in Brazil. The struggles against the dictatorial regime took varied forms, including the founding of the first newspapers of the feminist left and the development of a new feminism that led to the public arena thematic until then restricted to private spaces.
Key words: Feminism, body politics, women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 6 – Panfleto “Quando os filhos perguntam certas coisas...” 32

Figura 7 – Panfleto “Quando os filhos perguntam certas coisas...” 32

Figura 8 – Linha ciclo menstrual feminino 38

Figura 9 – Capa da décima segunda edição do Mulherio 40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL DECADA DE 1980 16

1.1 CONTEXTO POLÍTICO 16

1.2 MULHERES EM MOVIMENTO 19

1. 3 FEMINISMO ACADEMICO DO MULHERIO 21

MULHERIO: "ESSE SEXO QUE É NOSSO" 30

2.1 DOMINAÇÃO DOS CORPOS 31

2.2 REPRESENTAÇÕES DOS CORPOS 36

2.3 ESPECIFICIDADES FEMININAS 40

CONSIDERAÇÕES FINAIS 43

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 45

INTRODUÇÃO

De acordo com Joana Maria Pedro, o feminismo, como movimento social visível, pode ser dividido em algumas "ondas"[1], e cada uma destas possuem suas particularidades. O feminismo de "primeira onda", segundo Pedro, teria se desenvolvido nos anos finais do século XIX, centrado basicamente nas reivindicações dos direitos políticos, sociais e econômicos – como votar, ser eleita, participação política, trabalho remunerado e estudo. O feminismo chamado de "segunda onda" surgiu após a Segunda Guerra Mundial dando prioridade as lutas pelo direito ao corpo, prazer e principalmente contra o patriarcado.

Na década de 1960, durante a chamada "segunda onda" do feminismo, a expressão "pessoal é político" ganha força. A partir da socialização das experiências de alguns grupos de conscientização feministas oriundos dos Estados Unidos, chegou-se à conclusão que os problemas vivenciados no seu cotidiano tinham raízes sociais e demandavam, portanto, soluções coletivas. Esses grupos discutiam questões pertinentes à vida cotidiana, tais como, trabalho, maternidade, sexualidade e afetividade, e assim problematizavam a dominação patriarcal que as colocavam submissas.

> O movimento feminista de "segunda onda" tornou-se, assim, verdadeiramente revolucionário, como um movimento que não apenas renasceu, mas também criou suas estratégias de luta – sua práxis política – a partir da troca de experiências e vivências de mulheres e sua reflexão e ação coletiva[2].

Neste período também emerge a categoria "gênero", entretanto, nesse momento o movimento feminista de "segunda onda" inicialmente não utilizava o conceito em si. A categoria usada na época era "Mulher", esta, pensada em contraposição à palavra "Homem", considerada universal a qual incluía[3] todos os seres humanos[4]. A pauta dos grupos feministas

[1]PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista História**. Vol. 24. N1. Fanca, SP: Editora UNESP, 2005, pg. 79 .

[2] SARDENBERG, Cecilia M. B.O pessoal é político: conscientização feminista e empoderamento de mulheres. **Inc.Soc**., Brasília, DF, pg. 16.

[3]A palavra atualmente também se refere a todos os seres humanos.

[4]PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista**

seria portanto a exclusão das questões específicas da mulher pela sociedade, ou seja, as reivindicações eram feitas em nome da "Mulher", e não do homem, mostrando que o "homem universal" não incluía questões específicas, como por exemplo a escolha por ter filhos, divisão sexual do trabalho, violência sexual e doméstica, enfim era em nome da diferença em relação ao homem que a categoria "Mulher" reivindicava[5].

No Brasil, diferente do que aconteceu em outros países, o movimento feminista de "segunda onda" guardou especificidades devido à conjuntura política. O país vivia sob uma ditadura militar que colocava obstáculos à liberdade de expressão e levava, como reação, as lutas políticas e sociais com viés de esquerda, porém em pouco tempo, as demais reivindicações ganhariam força com destaque para os assuntos ligados a sexualidade, ao corpo e à violência contra mulher[6].

Com o intuito de ampliar os pensamentos e as reivindicações que surgiram no ceio dos grupos de reflexão era necessário levar tais posicionamentos a novos espaços. Desse modo, passou-se a circular com mais intensidade os jornais alternativos e as feministas ganharam assim, um espaço de fala exclusivamente feminino. Esta imprensa alternativa possibilitou disseminar as discussões que ocorriam dentro do movimento feminista por todo o país e puderam levar a público as questões da esfera privada, dando um caráter político as questões até então desconhecidas na esfera pública.

Os periódicos feministas que surgiram no Brasil a partir dos anos 1970 tinham um caráter da militância esquerdista da época. Esses jornais alternativos discutiam basicamente a condição da mulher na sociedade e lutavam pela participação política, direito ao voto, melhores oportunidades no mercado de trabalho, e junto a outros movimentos sociais pelo direito à liberdade de expressão e pela democratização.

No ano de 1975 foi publicado o número zero do jornal *Brasil Mulher*, sendo que o periódico chegou a 20 edições durante sua circulação até o ano de 1980. A editoria do jornal era formada por pessoas ligadas ao PCdoB (Partido Comunista Brasileiro), à APML (Ação

---

História. Vol. 24. N1. Fanca, SP: Editora UNESP, 2005, pg. 80.

[5]Idem, pg, 81.

[6] PEDRO, J. M. . O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2012, pg, 240.

Popular Leninista) e ao MR8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro)[7]. O periódico estava vinculado basicamente às lutas contra a ditadura militar, ao movimento pela anistia política entre outras questões mais gerais. No ano seguinte surgiu o *Nós Mulheres*, privilegiando o tema mulher. O periódico se intitulou feminista logo em sua primeira edição, porém se dedicou mais à luta pela democracia e as questões das classes sociais[8].

A década de 1980 foi marcada pelo surgimento de inúmeros periódicos feministas. Tais como: *Mulher Liberta Mulher* (1980), *Chana com Chana* (1981) e o *Mulherio* (1981)[9]. Devido à conjuntura política de redemocratização, o período foi propício ao surgimento e o fortalecimento dos movimentos sociais, contribuindo para que o movimento feminista se intensificasse. Desse modo, o pensamento ganhou destaque conquistando novos espaços de fala exclusivamente feminino trazendo com mais volume questões referentes às políticas do corpo, sexualidade feminina, métodos contraceptivos, violência sexual, relações de gênero, legalização do aborto.

Convém destacar que havia, portanto, um debate dentro do movimento feminista que o dividiu em lutas específicas e gerais. De acordo com Pedro, nesta "Segunda Onda" o feminismo se constituiu em reafirmar uma identidade separada da do "Homem", sendo que o grupo ficou conhecido como diferencialistas. Portanto, a ideia de sexo estabelecia a diferença em relação aos homens, e que lhes dava a identidade para as lutas contra a subordinação[10].

O segundo grupo chamado de igualitaristas reivindicava que as mulheres participassem em igualdade na esfera pública, ou seja, lutava pelas mesmas condições atribuídas ao sexo masculino de participação na esfera política na sociedade. Como afirma Pedro:

> Todo este debate fez ver que não havia a "mulher", mas sim as mais diversas "mulheres", e que aquilo que formava a pauta de reivindicações de umas, não necessariamente formaria a pauta de outras. Afinal, as sociedades possuem as mais diversas formas de opressão, e o fato de ser uma mulher não a torna igual a todas as

[7]Idem, pg. 248.
[8]Idem, pg. 248.
[9]Idem, pg. 249.
[10]PEDRO, J. M. . O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2012, pg. 81.

> demais. Assim, a identidade de sexo não era suficiente para juntar as mulheres em torno de uma mesma luta. Isto fez com que a categoria "Mulher" passasse a ser substituída, em várias reivindicações, pela categoria "mulheres", respeitando-se então o pressuposto das múltiplas diferenças que se observavam dentro da diferença. E, mais: que a explicação para a subordinação não era a mesma para todas as mulheres, e nem aceita por todas. Mesmo assim, era preciso não esquecer que, mesmo prestando atenção nas diferenças entre as mulheres, não era possível esquecer as desigualdades e as relações de poder entre os sexos.

E foi em meio a esse debate sobre as diferenças que o editorial *Mulherio* surgiu. O periódico, que circulou entre 1981 a 1988, buscou dialogar com os "feminismos", no plural, trazendo as variadas condições que as mulheres viviam no período, a partir das experiências e suas inquietações. Esse importante espaço de produção sobre a mulher problematizava as questões de gênero denunciando a manipulação dos corpos femininos e a violência a que estavam submetidos. Esses temas envolvem o direito ao prazer sexual, livre opção de maternidade, direito assegurado ao aborto e acesso à informação sobre os métodos contraceptivos femininos e masculino. O objeto de estudo aqui analisado encontra-se em formato digital no site da Fundação Carlos Chagas.

A escolha do jornal como objeto de estudo parte da importância da impressa enquanto instrumento de divulgação de ideologias e de intervenção na vida social; nega-se pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero "veículo de informações", transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos[11].Tendo em vista a função social dos periódicos dentro do cenário político no Brasil na década de 1980, a pesquisa tem como objetivo refletir sobre a produção feminista escrita no Brasil entre os anos de 1981-1988. Trata-se, portanto, de um estudo documental, de natureza qualitativa, realizado a partir da análise de livros, dissertações, artigos científicos que abarcam os temas: o feminismo, gênero, patriarcado, publicados até então.

O trabalho será dividido em dois capítulos; O primeiro tratará do contexto do

[11]DE LUCA, Tania Regina. História Dos, Nos e Por Meio dos Periódicos. In:_____. PINSKY, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, pg.118.

movimento feminista no Brasil na década de 1980, apresentando a trajetória do movimento, conquistas, divisões, tensões e o surgimento dos periódicos feministas, já que estes se tornaram um espaço de fazer política, um lugar de fortalecimento e visibilidade do feminismo enquanto movimento. Por fim, também será abordada a história e trajetória da formação do periódico *Mulherio*. O segundo capítulo analisa as páginas do *Mulherio*, suas características, linguagem e seu discurso enquanto jornal feminista, como estavam inseridas em sua agenda as políticas de controle do corpo, e como o jornal contribuiu para a reflexão e descobertas das mulheres sobre si, sobre os corpos e as novas ideias feministas.

O trabalho visa analisar como as mulheres na década de 1980 lutavam contra uma corrente de preceitos, estabelecidos historicamente, levando em consideração a diversidade e particularidade, onde toda mulher carrega consigo a marca de uma forma de opressão praticada pela sociedade patriarcal.

MOVIMENTO FEMINISTA NO BRASIL DECADA DE 1980

No bojo da efervescência da sociedade brasileira na década de 70 é que o movimento feminista ganha força e visibilidade. Neste momento, a ONU anuncia em 1975 a década da Mulher, estendendo-se até o ano de 1985, contribuindo para o reaparecimento dos grupos feministas e a organização de novos. Além das comemorações promovidas pela ONU, no fim da década de 1970, dava-se início no país, o processo de redemocratização, reorganização partidária, reelaboração constitucional e as eleições, todos esses fatores iriam configurar o movimento feminista.

O período marcou ainda a consolidação do movimento de mulheres no contexto político emergente. Como aponta Sarti, com a consolidação do processo de abertura no final dos anos 70, surgem novos caminhos e as diferenças dentro do movimento ficam explícitas, abrem-se novos espaços para as discussões políticas de interesse geral e a velha oposição luta geral *versus* luta específica, que marcou o início do movimento, embora atuante, perde força e as mulheres consegue voltar-se mais para seus próprios problemas[12], ficando evidente a defesa de um discurso abordando as relações de gênero. Parte das ideias defendidas pelo movimento feminista ganha visibilidade e os grupos feministas se alastram pelo paÍs, espalhando-se em associações profissionais, sindicatos e partidos.

1.1 CONTEXTO POLÍTICO

A década de 1980 trouxe consigo a partidarização e a institucionalização do movimento feminista no Brasil. No ano de 1979, a Lei da Anistia trouxe ao país os exilados e presos políticos, fenômeno que contribuiu para fortalecer a tendência feminista dentro do movimento de mulheres[13]. Essas mulheres durante o exílio haviam tomado contato com as experiências dos movimentos de liberação na Europa, o feminismo vivenciado teria se convertido num movimento um pouco diferente do que vinha sendo praticado no Brasil[14]. Essas brasileiras retornavam agora, com novas ideias que viriam impactar nas organizações feministas já existentes.

---

[12] SATRI, Cynthia Andersen. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, n.66, fev. 1988, p. 42

[13] Idem, p. 44

[14] GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual e um ideário político. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, 2º semestre de 1989.

> "retornadas" ingressaram nas associações feministas existentes e em grupos de mulheres no interior dos quais o consenso político estava há muito periclitante, contribuindo sobretudo para a introdução de um debate sobre as relações de sexos/gênero, sobre o próprio feminismo e seu vínculo com a mudança social e política, sobre questões polêmicas com a ênfase na igualdade ou nas diferenças, o pluralismo, a autonomia (debate até então obnubilado por uma propalada necessidade de consenso e de união em torno das lutas "mais gerais"). As reações não se fizeram esperar e muitas cisões ocorreram em todo o país[15].

A reorganização partidária levou ao fim do bipartidarismo[16], o que contribuiu para a criação de espaços para as múltiplas manifestações político-ideológicas das oposições[17], possibilitando também a organização de novos partidos políticos. Com as eleições municipais e estaduais em 1982, os grupos de mulheres e feministas debatia em uma nova questão, o ingresso na política partidária. Aqui se gerava mais um conflito interno, pois para muitas a abertura política seria um momento propicio para contribuir nas condições femininas. De acordo com Sarti:

> O ano de 1982 culminou com a realização de eleições parlamentares e, pela primeira vez desde 1964, para governador dos estados. O sistema bipartidário estava extinto e a reorganização partidária dividiu a oposição em três partidos: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), herdeiro da antiga oposição, o MDB, mantendo ainda o caráter de frente oposicionista e incluindo em suas fileiras os comunistas ortodoxos (PC); o Partido dos Trabalhadores (PT), articulado em torno das lideranças sindicais que surgiram no fim dos anos 70, tendo na figura de Luís Inácio da Silva

[15]GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual e um ideário político. In: **BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, 2º semestre de 1989, pg. 53.

[16]O bipartidarismo é uma situação política em que dois partidos dividem o poder, constitucionalmente ou de fato, sucedendo-se em vitórias eleitorais em que um deles conquista o governo do país e o outro ocupa o segundo lugar nas preferências de voto, como oposição oficial e institucionalizada. O regime civil-militar brasileiro, mediante o Ato Institucional n. 2 (AI-2), aboliu os partidos políticos no país, permitindo a existência de apenas duas "associações políticas". Criou-se então a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), base de sustentação civil do regime e o MDB, com a função de fazer uma oposição "aceitável" ao regime (Cf. SCHIELING. Voltaire. O bipartidarismo no regime civil-militar. *História por Voltaire Schieling*. Sessão: Brasil. In: http://educaterra.terra.com.br/voltaire/brasil/2003/08/18/001.htm (Acesso: agosto de 2018).

[17]PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003, p. 80.

> (Lula) seu principal representante, ao lado de intelectuais e remanescentes dos grupos de esquerda do país. O terceiro foi o Partido Democrático Trabalhista (PDT), articulado em torno da herança do trabalhismo que se iniciou com Getúlio Vargas e manteve-se através de Leonel Brizola, exilado nos anos da ditadura e posteriormente governador do Rio de Janeiro[18].

Esses aspectos políticos foram cruciais para o fracionamento do movimento feminista no Brasil, ainda segundo a autora, diante dessa divisão interna no movimento de mulheres e também a fragmentação do feminismo, as mulheres que participaram das campanhas eleitorais se dividiam entre os partidos de oposição, sobretudo o PT e o PMDB. Celi Pinto enfatiza que o encontro entre o movimento e o campo político traz uma problemática fundamental que deriva da própria natureza do movimento social, colocando-o diante de duas alternativas: atrelar-se a um partido e ameaçar sua unidade e sua autonomia ou se manter unido e limitar sua participação política à pressão[19].

Vera Soares argumenta que a partir desses primeiros acontecimentos da década de 80, o movimento feminista ficou mais complexo em sua organização e mais diverso ideologicamente. Segundo a autora, com a reorganização partidária, o movimento foi polarizado devido às diversas propostas que surgiram, embora não refletisse visões diferentes do feminismo, a polarização se deu no âmbito das questões gerais da reconstrução da democracia liberal. Ao mesmo tempo, com o aparecimento ou a reativação de canais tradicionais de representação política, muitas mulheres privilegiaram a atuação nos partidos. Agora as feministas ocuparam os lugares nos partidos políticos, e nestes espaços os temas envolvendo as questões relacionadas à mulher tornaram-se item obrigatório dos programas e plataformas eleitorais dos partidos progressistas[20].

Após as eleições em 1982, acentuou-se uma atuação com um caráter mais especializado. As militantes haviam se dividido em partidos políticos, contribuindo para as reivindicações das mulheres e das feministas entrarem nas pautas políticas. Este fator

---

[18]SATRI, Cynthia Andersen. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, n.66, fev. 1988, p. 45.
[19]PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003, p. 68.
[20]SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 1994, p. 18.

colaborou na criação dos Conselhos direcionados à condição feminina, porém houve uma diminuição de participantes dentro do movimento feministas, perdendo força, pois agora as militantes de esquerda se afastaram para ocupar cargos estaduais e federais. De acordo com Safiotti:

> Durante a campanha eleitoral de 1982, um grupo de feministas filiadas ao PMDB lutou pela criação de um organismo de Estado (de São Paulo), cuja função viesse a ser o combate permanente das discriminações contra a mulher. Tendo o governador eleito assumido o poder em março de 1983, criou, a 4 de abril de 1983, o Conselho Estadual da Condição Feminina […] Os estados de Minas Gerais e Paraná seguiram o exemplo de São Paulo, tendo o então governador do primeiro estado se adiantado ao de São Paulo no ato de dar posse às conselheiras. Movimentos visando à criação de Conselhos Municipais da Condição Feminina já espocam pelo interior do estado de São Paulo (também em outras áreas, as aspirações estão tomando este rumo como, por exemplo, no brejo paraibano), já tendo sido implantado o Conselho de Santos. O de Atibaia está criado, porém, ainda não implantado. Curitiba também já dispõem de um Conselho Municipal. [...] e o Conselho Nacional da Mulher criado pelo Presidente Sarney, em 1985, cumprindo promessa de Tancredo Neves [...][21].

Segundo Celi Pinto, o feminismo adquire certa proximidade com o campo político. Esta relação deve ser examinada a partir de três perspectivas complementares: a primeira está relacionada a conquista de espaços no plano institucional por meio de Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da mulher, a segunda parte da presença de mulheres nos cargos eletivos e por último, as formas alternativas de participação política. Em qualquer um desses espaços a presença das mulheres e, mais do que isso, de feministas tem sido fruto de múltiplas tensões resultantes de fatores como a própria resistência de um campo completamente dominado por homens.

Sartri argumenta que o feminismo foi se impondo dentro deste quadro geral de mobilizações diferenciadas. Procurou conviver com essa diversidade, sem negar sua particularidade. Isso envolveu muita cautela. Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação negativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita, era um movimento perigoso, imoral. Para

[21]Safiotti,H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987, pg, 109.

a esquerda, reformismo burguês e, para muitas mulheres e homens, independentemente de sua ideologia, ser feminista tinha um conotação antifeminina. Associava-se feminismo a uma oposição *homens X mulher*, que nunca existiu de forma radical em suas manifestações no Brasil[22].

1.2 MULHERES EM MOVIMENTO

Durante toda década foi possível a viabilização de algumas reivindicações que há muito tempo eram acalentada pelo movimento. A partir do ano de 1985, surge a primeira delegacia especializada, dando novos rumos à questão da violência contra s mulher. De acordo com Celi Pinto, as delegacias se popularizaram por todo o país e, em 1992, já havia 141, nas mais diversas regiões, tornando essa política pública a mais bem sucedida que, em primeiro lugar, atendia a uma demanda das feministas, ou seja, a criação de um espaço na polícia no qual o ambiente não fosse hostil a mulher agredida. De acordo com a autora:

> O feminismo, as feministas e as delegacias da mulher não resolveram a questão da violência contra a mulher. Houve uma tendência nas últimas décadas de um aumento generalizado da violência tanto contra as mulheres como contra todas as pessoas que se encontram em posição de fragilidade, esmo que circunstancial. Mesmo assim, para a mulher houve um avanço fundamental quanto a questão da violência: ela se tornou reconhecida como vítima. Até poucos anos atrás, a violência contra a mulher não era reconhecida como tal, dizia respeito apenas a cada homem[23].

Além desse conjunto de ações, realizadas pelas políticas públicas, a década de 1980 também foi palco da formação de grupos autônomos organizados. Esses grupos tinha o intuito de trazer a agenda dessas organizações temas restritos a esfera privada, questões como violência e saúde, consideradas como tabu no Brasil. A partir de então, surgiram algumas organizações pelo Brasil, com o intuito de apoiar a mulher vítima de violência. Em São Paulo

[22]SATRI, Cynthia Andersen. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa**, n.66, fev. 1988, p. 71.

[23] PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003, p. 82.

foi realizado o Segundo Congresso da Mulher, contando com a participação de aproximadamente quatro mil mulheres, também surgiram em várias capitais do país entidades que visavam atender as vítimas de violência doméstica. A partir do Encontro Feminista de Valinhos em São Paulo, criou-se o SOS Mulher, inaugurada em São Paulo, e em seguida, no Rio de Janeiro e Pernambuco. Em Minas foi criado o Centro de Defesa da Mulher. Todas essas entidades eram autônomas e tinham como objetivo atender a mulher vítima de violência e procuravam os meios de comunicação para promover debate junto à opinião pública[24].

Neste percurso, o movimento feminista se diversifica, torna-se mais difuso partindo para novas formas de atuação, que são as ONGS. Como observa Ilze Zirbel, após as conquistas na Constituição de 1988, os grupos de feministas percebem a necessidade de lutar pela implementação de políticas públicas que viessem assegurar os direitos conquistados. Para isso, era necessário que houvesse investimentos nos programas e projetos ligados às causas das mulheres. Ainda de acordo com Ilze Zirbel:

> Inúmeros grupos e ONGs foram criadas ao longo da década de 1980, dentre elas a Rede Mulher de Educação (em São Paulo), a Casa da Mulher do Nordeste (Recife), o Coletivo Feminista (Campinas e Rio de Janeiro), o Maria Mulher (em João Pessoa), o Brasília Mulher, o Grupo "Sexo Finalmente Explícito", o Centro de Informação da Mulher (CIM, em São Paulo), o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde (SP), o Grupo Transas do Corpo-Ações Educativas em Saúde e Sexualidade (SP), a Rede de Desenvolvimento Humano (REDEH), o Geledés Instituto da Mulher Negra (SP), o Centro de Estudos e Ação da Mulher Urbana e Rural (JR), o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA, Brasília), o Comunicação, Educação e Informação em Gênero (CEMINA, Rio de Janeiro), dentre outros (Cf. Rago, 1994/1995 e Novellino, 2006)[25].

Repetiu-se dentro das ONGs o fenômeno que acompanhava o Movimento de Mulheres e o feminismo brasileiro nas décadas anteriores: o contato entre mulheres de diversas

[24] TELLES, Maria Amélia de A. **Uma breve história do feminismo no Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1993, p. 130.

[25]ZIRBEL. Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate**. Dissertação mestrado Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p. 93

gerações, etnias, escolaridades, classes sociais, orientações sexuais e posturas políticas[26]. Devido a essa conjuntura, foi possível a organização do movimento de mulheres negras, que começou a ganhar visibilidade ao criar suas próprias formas de organização que visava expor a realidade vivida por essas mulheres com o intuito de superar o racismo. De acordo com Soaress, o movimento de mulheres negras, se constituiu numa outra vertente do movimento de mulheres, e têm mantido uma relação educativa com o feminismo ao iluminarem as questões da diferença e igualdade entre as mulheres negras e brancas e ao introduzirem a necessidade concreta de se utilizar também a categoria raça, além do gênero, para uma compreensão mais concreta da realidade de exclusão das mulheres.[27]

As ONG's possibilitaram um financiamento envolvendo os temas relacionados a saúde da mulher. Foram criados programas desenvolvidos por grupos de apoio e pelo Ministério da Saúde. Em 1983 surge o PAISM – Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, sem dúvidas uma das mais bem-sucedidas intervenções de um movimento social organizado na esfera das políticas públicas que abrangia todas as esferas da vida da mulher, da adolescência à velhice, visando não só os aspectos biológicos, mas também sociais, das condições em que a maioria das mulheres viviam[28]. Além do PAISM, no início da década de 1980 surgiu o SOS Corpo de Recife e o Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo. Como observa Celi Pinto:

> Esses grupos, como os que se formaram ao redor da questão da violência, têm uma natureza dupla. Por um lado, são grupos de discussão que elaboram documentos e demandam políticas públicas. Por outro, fazem uma espécie de assistência social qualificada às mulheres das classes populares. A experiência das feministas ligadas à área da saúde no atendimento das mulheres foi fundamental para que elas interviessem com muita presença na elaboração do PISM, inclusive na época de sua implantação, quando muitas delas fizeram parte da própria coordenação do programa[29].

[26]Idem, p. 96.
[27] SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 1994, p. 21.
[28]PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003, p. 84.
[29] Idem, p. 84.

1. 3 FEMINISMO ACADEMICO DO MULHERIO

A primeira e segunda fase do movimento feminista no Brasil se caracterizou por reunir mulheres intelectuais, que se manifestavam através dos jornais, palestras, romances e peças de teatro[30]. De acordo com Pinto, o movimento feminista não era um movimento popular, nem no sentido de classe nem no sentido de seu raio de ação, chegada até as camadas mais populares acontece na medida em que o movimento se desenvolve ao longo da história, como uma escolha política estratégica, e não como decorrência natural do seu desenvolvimento[31]

A produção acadêmica começa a fazer parte da realidade do movimento feminista, aumentando assim, a produção cientifica sobre temas relacionados à mulher, nos projetos de pesquisas, dissertações e teses nas universidades. Essas atividades desenvolvidas pelas universidades recebiam destaque e em alguns casos, chegaram a ser veiculadas por periódicos, é o caso da Fundação Carlos Chagas. A instituição deu atenção aos temas relacionados a mulher e foi considerada a mais importante iniciativa na área de estudos sobre a mulher. Durante 1978 a 1998, foram realizados oito concursos que financiaram 170 projetos de todas as regiões do país. Os resultados dessas pesquisas foram publicados em uma série de coletâneas.

Como observa Ilze Zirbel à produção intelectual em torno do tema da Mulher se refletiu nas publicações de cunho acadêmico, na imprensa e no mercado editorial.

> Núcleos de pesquisa também foram organizados nas universidades. Em 1980 criou-se, pela iniciativa de Fanny Tabak, o Núcleo de Estudos da Mulher (NEM) da Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Em 1981 é organizado o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher (NEDIM), na Universidade Federal do Ceará. Em 1983 três novos núcleos foram criados: o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), na Universidade Federal da Bahia, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Relações Sociais de Gênero (NEIRSG), da PUC de São Paulo e o NEM da Universidade Federal da Paraíba (Costa e Sardenberg, 1994, p. 390). Em 1984 chega a vez das universidades federais de Minas Gerais (Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM) e do sul do país criarem seus núcleos: O Núcleo Mulher, da UFRGS, e o NEM, da UFSC[32].

Um exemplo da mobilização do feminismo acadêmico foi a formação do Coletivo de

[30] Idem, p. 85.
[31] Idem, p. 85.
[32] ZIRBEL. Ilze. **Estudos Feministas e Estudos de Gênero no Brasil: um debate**. Dissertação mestrado Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007, p. 117.

Mulheres do Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, o *Mulherio* criado em 1981. Até o ano de 1988, o periódico contou com o financiamento da Fundação Ford, apesar de ter se desvinculado da Fundação Carlos Chagas, em 1984. O projeto percorreu uma trajetória que se dividiu em três fases, a primeira foi de Março/Abril 1981 e de Setembro/Outubro 1983, sendo publicados 16 números, com periodicidade bimestral. Tinha como responsáveis a pesquisadora Fúlvia Rosemberg e a editora, a jornalista Adélia Borges. A circulação do periódico era feita de forma bem diversificada, através dos grupos de mulheres, alguns órgãos de comunicação e entidades acadêmicas e culturais. Em sua primeira fase, o periódico era composto por 16 mulheres, que participavam ativamente do movimento pela melhoria da condição da mulher no país.

O período de Maio/Junho de1984 a Abril/Maio de 1988 é a segunda fase do periódico. Aqui, o projeto passa por algumas dificuldades, devido ao fim do apoio financeiro institucional da FCC, suas publicações foram interrompidas durante sete meses. A partir de 1984, o jornal passou a ser editado pelo órgão Núcleo de Comunicação Mulherio[33], e para tentar equilibrar os custos, e manter a periodicidade, o jornal abriu as páginas para os anúncios, adotando também um intervalo maior entre as edições. Viviane Freitas expõe a crise do Mulherio:

> A página 23, do número 20 (jan-fev-mar/1985), por exemplo, foi dedicada totalmente a anúncios, algo que não ocorria nos números anteriores. A periodicidade do jornal e 1986 ficou comprometida, com intervalos muito extensos entre os números. O nº25, por exemplo, abarcava o período de março a agosto. Nesse ano, foram publicados apenas três números: jan-fev; mar-ago; set-nov. O número 27, primeiro do ano 7 (1987), referiu-se aos meses de dez/86-fev/87. A editora responsável dessa fase foi a jornalista Inês Castilho[34].

Na terceira e última fase, o jornal não conta mais com o apoio financeiro da Fundação Ford, e em Junho/Julho 1988, o periódico *Mulherio* passou a ser nomeado como *Nexo – Feminismo, Informação e Cultura*, trazendo um novo víeis de ideias totalmente diferente daquelas abordadas pelas edições anteriores.

No geral, o periódico *Mulherio* foi muito bem aceito, e logo se transformou em um jornal que abordava os mais diversos assuntos voltados a temática do feminino, relacionados a

[33]PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma história do feminismo no Brasil**. Editora. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. 2003, p. 87.

[34] FREITAS, Viviane. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeira reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014, p. 161.

política, saúde, sexualidade, violência, cultura, lazer, artigos e pesquisas, resenhas, entre outros. Apesar de ter surgido no seio da academia, o periódico sempre buscou a diversidade em seu público, com uma linguagem mais simples o periódico conseguiu manter um diálogo com as pessoas leigas e os grupos de mulheres que estavam organizados em todo o Brasil. Em sua edição nº0, Adélia Borges escreve:

> A ideia de criação de um jornal sobre mulher surgiu já há alguns anos entre as pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, que se dedicaram ao estudo da condição feminina no Brasil. Inicialmente, imaginava-se apenas um boletim de notícias que fizesse o intercâmbio entre as diversas instituições e pesquisadores voltados ao tema, visando à suprir uma deficiência básica: por falta de informações, que trabalhava em São Paulo não sabia o que se fazia no Rio, por exemplo.
> Aos poucos, percebeu-se que um boletim deste tipo seria útil também para os diversos núcleos organizados de mulheres, que em pouco tempo multiplicaram-se em todo o País[35].

Entre os objetivos do jornal, Adélia Borges destaca que, o Mulherio não terá uma posição pré-estabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências nos movimentos feministas[36]. O jornal seria um campo no qual feministas e não feministas pudessem debater ideias relacionadas a situação da mulher na década de 1980. Segundo Duarte, alguns números tornaram-se verdadeiros documentos da trajetória da mulher na construção de uma consciência feminista, tal a seriedade do trabalho realizado para a conscientização da cidadania e o avanço das conquistas sociais da mulher brasileira[37].

Além do desenvolvimento de pesquisas acadêmicas voltadas ao estudo da mulher, houve um aumento crescente do tema no mercado editorial. O *Mulherio* não foi o único jornal da época, é o que mostra Elizabeth Cardoso:

> É o caso do Correio da Mulher, de Porto Alegre (RS), editado pela Zero Hora Editora Jornalística S.A., com 30 mil exemplares de tiragem; o Maria – O Jornal da Maioria, de Brasília (DF), publicado pela Dublê Comunicação, com 80 mil exemplares de tiragem; e o jornal Nova Família, de São Paulo (SP), editado pela Nova Pauta Comunicação e Publicações Ltda., com tiragem não declarada. E um pertencente à primeira geração, o Mulher ABC, de São Bernardo do Campo, sem tiragem e gráfica declaradas. Apesar de essas publicações não terem o caráter político das demais, elas traziam

[35] Mulherio, 1981, ed. 0, p. 1.
[36] Idem, p. 1.
[37] DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In: Estudos Avançados, nº17, 2003. p. 166.

> agenda dos eventos e atos feministas, artigos sobre o feminismo (o mais comum era o que esclarecia o que é ser feminista, estabelecendo diferenças e igualdades com o que é ser feminina) e entrevistas com lideranças feministas da época. A existência de tais iniciativas comerciais demonstra o interesse crescente da sociedade pelos temas envolvendo o gênero feminino, durante os anos 80 e 90[38].

Outra importante publicação da década foi o primeiro periódico lésbico-feminista do Brasil, fundado em 1981 em São Paulo, intitulado de *Chana com Chana*. Tratava basicamente de um tema específico do universo feminino, o lesbiano, e tinha interesses voltados para as questões legalistas. O periódico circulou durante toda a década de 1980, tendo sua última edição publicada no ano de 1989. Como observa Elizabeth Cardoso, essa publicação apresenta a especificidade conquistada pelos veículos de comunicação voltados para o feminismo e o grau de necessidade de as mulheres proclamarem a diferença e a independência do gênero masculino[39].

Em junho de 1983 surge o *Nzinga – Coletivo de Mulheres Negras*, com sede na Associação do Morro dos Cabritos na zona oeste do Rio de Janeiro. O coletivo era formado por Lélia Gonzalez, Elizabeth Viana, Rosália Lemos, Jurema Batista, Geralda Alcântara, e outras ativistas negras, e tinha a preocupação em resgatar um passado histórico, homenageando a rainha africana homônima e sua luta para enfrentar o colonialismo português em Angola. De acordo com Freitas, o grupo tinha como objetivo trabalhar com mulheres negras de baixa renda, a começar pelo local escolhido para sediar as atividades, uma demanda latente dos movimentos negros e feministas da época, articulando a discussão sobre gênero e raça[40]. De modo geral:

> Cada nova entidade feminista que surgia achou por bem fundar uma publicação para divulgar e debater suas ideias. A principal característica dessas entidades e desses jornais é a especialidade na questão de gênero e, dentro disso, a escolha de um tema específico: violência, saúde, sexualidade, educação, pressão política para as causas feministas, entre outros. Fenômeno que explica o surgimento de inúmeros títulos feministas durante o período da segunda geração[41].

---

[38] CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Rev. Estud. Fem**., dez 2004, v. 12, número especial, p.111.
[39] Idem, p. 111
[40] FREITAS, Viviane Gonçalves. **De qual feminismo estamos falando? Construções e reconstruções das mulheres via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010**. Brasília, 2017, p. 106.
[41] Idem, pg. 106.

As questões feministas durante a década de 1980 parecem ter amadurecido devido as mudanças na conjuntura política do país, levando as feministas e o movimento de mulheres a sua autonomia, tornando-o mais difuso, em todos os espaços sociais. As produções dos periódicos serviram como ponte para que as questões de gênero fossem debatidas, a circulação dos jornais ultrapassou as barreiras dos tabus, e de modo específico, cada jornal problematizou os temas femininos junto a outros assuntos pouco discutidos no seio da sociedade brasileira.

Os jornais em geral, debatiam a situação feminina, as questões de cunho político, econômico e social do país. Além, de questionar tais questões, os jornais serviam ainda como mecanismo de denúncia, um passaporte para a atuação nos meios mais populares. Diante destes aspectos, os periódicos atuavam como equipamento didático para aquilo que se considerava ser um processo de "conscientização da mulher", e foram se tornando um lugar de resistência e construção de identidades[42].

[42]PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 26, nº 52, p. 249-272 – 2006, p. 256.

MULHERIO: "ESSE SEXO QUE É NOSSO"

As lutas feministas no Brasil ganham uma maior visibilidade, a partir da participação da luta pela democracia, contra a ditadura militar. O movimento buscou romper com as desigualdades sociais, e as mulheres saíram em defesa dos direitos à cidadania, onde pudessem conviver em uma sociedade justa, lutando pelos direitos e inserção na esfera pública e política, equidade no mercado de trabalho, liberdade sexual e autonomia reprodutiva, combatendo também a violência sexual e doméstica, ou seja, o movimento luta ao longo dos anos pela ruptura de hierarquias de gênero e a pela transformação dos valores morais e de comportamento.

Pensando em um espaço que viesse dialogar e provocar essas mudanças, o movimento feminista entendeu que a fundação de jornais poderia contribuir para o debate em torno da necessidade de criar um discurso próprio. O *Mulherio* manteve-se distante dos discursos utilizados pelos jornais publicados até o momento, pois não se apresentou com o discurso marxista e nem como um jornal de "oposição política", mas sim, como um periódico feminista, tornando-se um espaço de fazer política a partir de novas abordagens.

> Perpassando também a militância acadêmica, os textos publicados questionam os modelos de sexualidade, defendem o direito ao corpo e debatem como o movimento feminista se posiciona sobre estes temas, nem sempre de forma homogênea. Com uma caracterização feminista menos amarrada às reivindicações de esquerda, são publicados diversos textos sobre aborto, controle de natalidade, sexo e planejamento familiar[43].

Mulherio não só politizou corpo, aquele caracterizado sexualmente por meio de uma aparelhagem reprodutiva complexa, atrelada a atributos e funções socialmente designadas como "femininas"[44], reconheceu também as particularidades de cada mulher e suas

[43]WOITOWICZ, Karina Janz. PEDRO, Joana Maria. O movimento feminista durante a ditadura militar no Brasil e no Chile: conjugando as lutas pela democracia política com o direito ao corpo. In: **Dossiê gênero, feminismo e ditaduras**. Ano X, n. 21, 2º Semestre 2009, p. 53

[44]NASCIMENTO, Lilian Soares do. **A natureza do corpo feminino em Mulherio: paradoxos de um**

diversidades tratando dos feminismos. Sendo assim, o jornal abordou a pluralidade dos movimentos feministas atuante no Brasil na década de 1980, levando em consideração as pautas plurais e específicas que eram relevantes para o interesse coletivo.

Essas novas abordagens que Elizabeth Cardoso denomina de "novo feminismo" o qual luta pela diferença e não pela igualdade entre os gêneros[45] começa a ser mais discutida e analisada a partir da década de 1990. Em o *Mulherio*, é a pouca utilização desse termo em si, porém a categoria de análise é aplicada aqui para a compreensão dos discursos em muitas edições do jornal. O conceito *gênero* perpassa pela compreensão de como foram estabelecidas as diferenças sexuais[46]. Joan Scoot sugere que o gênero deve ser redefinido e reestruturado a partir de uma visão de igualdade política e social que não inclui somente o sexo, mas também a classe e a raça[47].

2.1 DOMINAÇÃO DOS CORPOS

A vida sexual feminina por muito tempo se manteve em um profundo silêncio. Consideradas o "sexo oposto", as representações relacionadas a mulher sempre estiveram em comparação com o masculino, sendo ligadas na maioria das vezes a esfera privada. Como aborda Michelle Perrot, o corpo da mulher é comparável aos dois corpos do rei, o privado o qual permanece oculto, e o público que seria exibido, apropriado e carregado de significação, ou seja, em nossa sociedade o corpo feminino foi construído a partir de duas vertentes, a natureza feminina de virgem e mãe, e a segunda que se refere a sexualização e erotização[48].

Um dos temas que ganham visibilidade a partir dos anos 1980 são os estudos sobre as "políticas do corpo", questões antes vistas como secundárias e relativas à esfera privada. O *Mulherio* apresenta um discurso sobre o corpo, o desejo, à sexualidade e à saúde, denunciando as representações, os silenciamentos e as formas de repressões sociais. No artigo *Em torno da política do corpo*, Marilena Chauí, escreve:

> O corpo, pelo menos em nossa sociedade, é um dos objetos privilegiados

jornal alternativo feminista brasileiro(1981-1988). Dissertação Mestrado em História Social – Universidade Estadual de Londrina, 2015, p. 61.

[45] CARDOSO, Elizabeth. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Rev. Estud. Fem**., dez 2004, v. 12.

[46] SCOOT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade**.** Porto Alegre, 2, jul/dez., 1995.

[47] Idem.

[48] PERROT, Michele. Os silêncios do corpo da mulher. In MATOS, Maria Izilda Santos de SOIHET, Rachel (orgs). **Corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

> para o exercício da dominação. [...] A mulher, ambiguamente, é vista essencialmente como corpo (virgem, mãe, esposa, prostituta) ou como "fêmea" -- isto é, como um ser que permanece determinado pela Natureza - e, ao mesmo tempo, como um "bem" - isto é, como coisa cultural. Assim, humanamente, a mulher é corpo e, portanto, animalidade (por isso se diz que ela é mais "instintiva", mais "sensível", mais "intuitiva" do que o homem), e culturalmente é espelho de anseios e de angústias masculinas (o símbolo da castração). Sexualizada ao máximo e deserotizada ao máximo (não se diz por ai que a mulher "não tem desejo"?), corpo produtivo (procriada) e instrumental (trabalhadora que reproduz relações sociais), a mulher é definida como um ser a meio caminho entre a Natureza e a Cultura e por isso o espaço próprio de sua vida é a família, elo entre a existência natural e a cultura[49].

No artigo, Chauí expõe a maneira como a sociedade estruturada pelo patriarcalismo tratava o corpo feminino, denunciando a dominação masculina, onde o corpo, incluído em uma política global, social e cultural, é usado, mostrado e consumido, mas não é vivido como corpo próprio, isto é, como subjetividade e pessoalidade. Por isso mesmo é aquela "coisa" que a razão controla, a autoridade domina, a moral reprime, o direito aliena e a ideologia fragmenta[50]. De acordo com Pierre Bourdieu, essa dominação masculina coloca as mulheres em um estado permanente de insegurança corporal, o autor o chama de dependência simbólica:

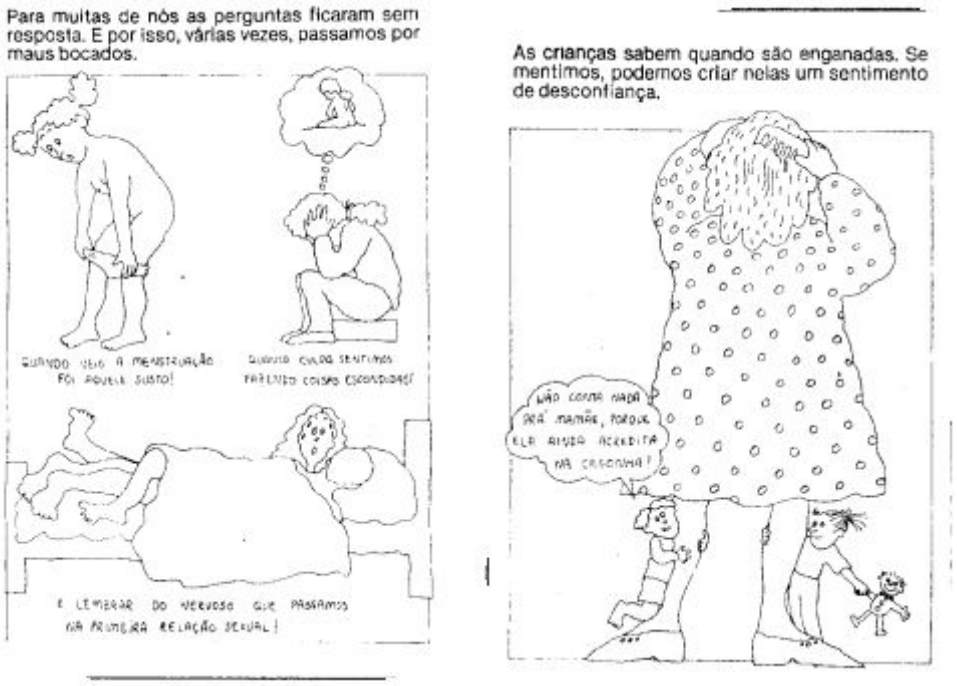
> (…) elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros, ou seja, enquanto objetos receptivos, atraentes, disponíveis. Delas se espera que sejam "femininas", isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas. E a pretensa "feminilidade" muitas vezes não é mais que uma forma de aquiescência em relação às expectativas masculinas, reais ou supostas, principalmente em termos de engrandecimento do ego. Em consequência, a dependência em relação aos outros (e não só aos homens) tende a se tornar constitutiva de seu ser[51].

O *Mulherio* buscou ampliar as discussões sobre a sexualidade da mulher e trabalhou junto com a Fundação Carlo Chagas na confecção de panfletos intitulados "*Esse sexo que é nosso*" que tinha o objetivo de informar as mulheres sobre seus corpos. Os debates foram tão importantes que posteriormente, formaram-se cursos de sexualidade feminina. Durante o

[49] Mulherio, Ano II. n. 6. 1982, pg, 8-9.
[50] Mulherio, Ano II, n. 6, 1982 p. 8
[51] BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 2o Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 82

curso utilizou-se de panfletos para promoção de reflexão sobre a superação de questões cotidianas: "Entendendo o nosso corpo", "Será que eu quero ser mãe?", "Quando os filhos perguntam certas coisas...", "A consulta ginecológica" e "Muito Prazer". O projeto visava que as mulheres fossem capazes de serem agentes ativos da própria vida, conhecendo seus corpos, seu cotidiano e a sociedade na qual viviam.

Figura 6-7 – Panfleto "Quando os filhos perguntam certas coisas..."



Fonte: Mulherio. Ano II, n.6, Março/Abril 1982[52].

Até determinado momento os grupos de mulheres discutiam questões mais gerais, a partir dos anos 1980, introduz-se outras formas de abordagem nas quais as mulheres tinham possibilidade de levar suas queixas e compreender os problemas vivenciados individualmente, que em verdade se constituíam em demandas coletivas[53]. Aborda-se sobre o curso na matéria intitulada "*Um debate que se amplia*" na 6ª edição do jornal, além de expor como seria ministrado, trouxe também o ponto de vista de uma das leitoras:

> O corpo da mulher sempre teve muitos donos, que dizem o que pode e o que

[52] O panfleto faz parte do bloco referente ao tema: "Quando os filhos perguntam certas coisas...",
[53]PEDRO, Joana. ***O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho***. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ed.São Paulo: Contexto, 2012, p. 246

> não pode, o que "fica bem" e o que e proibido. Mesmo que sejam ordens aparentemente tão contraditórias quanto "esse decote eu não deixo" ou "use esse decote para eu fazer bons negócios". Vamos nos apropriar de nosso corpo? Vamos aprender a cuidar dele nós mesmas, do jeito que a gente quer? Vamos conhecê-lo? Neste número de *Mulherio*, é sobre esse assunto que nós falamos, em várias frentes: a beleza, a sexualidade, a saúde. Denunciamos como o sistema impõe um padrão inatingível de beleza para todas as mulheres, um padrão que nos oprime porque só valemos se estivermos ao menos próximas dele, mas que rende muitos lucros. Falamos do prazer, numa matéria que desmistifica a afirmação corrente de que a proletária não tem interesse em sexualidade. E mostramos a experiência da "auto-ajuda", feita no exterior e aqui no Brasil, em que um grupo de mulheres se reúnem para conhecer coletivamente o próprio corpo, e para aprender a trata-lo sem precisar de correr atrás de um médico a qualquer problema[54].
>
> Com o curso, as pesquisadoras vão divulgar a metodologia adotada nas reuniões, com vistas a participação intensa, ou seja, evitando a falsa neutralidade ou a imposição de autoritarismos. A proposta vem a calhar com o comentário de Laura, uma das participantes das reuniões do Clube de Mães de Diadema, onde se fez a pesquisa: "Fiquei surpresa quando soube que uma é médica, outra psicóloga e as outras sociólogas. Das outras vezes, quando havia reunião, a gente ficava sempre calada, ouvindo as professoras. Vocês, ao contrário, não vêm dar aulas pra gente"[55].

O *Mulherio* também traz o debate sobre a questão da "maternidade compulsória" abordando a ideia do amor materno, tema até então pouco debatido. Na sua segunda edição, o periódico traz um artigo intitulado "*Paraíso perdido ou reencontrado?"*, onde a colunista Cármen Barroso questiona a ideologia dominante de que a maternidade era fonte inequívoca de alegrias, e que as mulheres eram naturalmente dotadas de todas as qualidades necessárias para cuidar de crianças, ou seja, ser mãe aparecia como uma obrigação, uma função suprema para a mulher na sociedade e este era seu único destino.

> O reconhecimento da ambivalência em relação á maternidade - tal como ela é institucionalizada dentro do capitalismo e do patriarcado - é um primeiro passo no questionamento da maternidade compulsória, destino inexorável de toda mulher, supostamente determinado pelo simples fato da existência de um útero dentro do seu ventre. Quando se questiona a maternidade compulsória, quando se reivindica o direito inalienável da mulher ao controle do seu próprio corpo, o que se postula, evidentemente, não é a não-maternidade igualmente desnecessário repetir. Mas é que esse questionamento é frequentemente distorcido, e as feministas passam a ser vistos como mulheres que não querem ter filho[56].

---

[54] Mulherio. Ano II, n. 5, Janeiro/Fevereiro 1982, p. 6
[55] Mulherio. Ano II, n.6, Março/Abril 1982, p. 4
[56] Mulherio. Ano I, n. 1. São Paulo: Fundação Carlos Chagas. 1981. p. 8

O jornal coloca em questão os modelos familiares, nos fazendo refletir a respeito da noção de "estrutura familiar". A família é uma instituição cuja dupla função é a reprodução e a socialização, essa função se organiza por meio de uma divisão de papéis que repousaria sobre as naturezas masculina e feminina, formando assim a noção de "estrutura familiar". Cabe ao homem o trabalho profissional e a mulher o trabalho doméstico, reforçando a divisão sexual do trabalho:

> Decorre que as relações entre os sexos na família são assimiladas a uma busca de poder na qual o "poder" das mulheres de escolher as modalidades pelas quais efetuam suas tarefas econômicas teria natureza e peso equivalentes aos dos homens, que descarregam sobre elas o trabalho doméstico. Ao enfatizar a dimensão contratual das relações conjugais e fazer da família um espaço de livre negociação de capitais, essas teorizações negam a força das relações sociais de sexo e da opressão das mulheres[57].

A divisão sexual do trabalho acaba por impor papeis que devem ser seguido pelas mulheres, apesar de haver algumas mudanças ao longo da História. O cuidado com as crianças ainda permanece como uma tarefa exclusivamente das mulheres, e essa divisão sexual pode ser considerada como uma herança do patriarcalismo, já que cabe somente às mulheres reproduzir as relações afetivas, exonerando o homem da paternidade e criando uma perigosa divisão entre a vida pública e a vida privada.

Conforme afirma Cristine Delphy, o patriarcado é uma palavra muito antiga, que designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens, sinônimo de "dominação masculina" ou de opressão de mulheres[58]. As organizações feministas vêm buscando, ao longo dos anos, o reconhecimento das mulheres como sujeitos sociais e políticos, e isso perpassa pela conquista de espaços públicos como campo de atuação feminina.

Na edição de maio/junho de 1984, Adélia Borges destaca o aumento significativo de mulheres no mercado de trabalho, porém indaga o Estado e sociedade, que segundo a autora não fizeram seu papel para contribuir com a manutenção da inserção de mulheres na esfera pública, ou seja: os filhos continuavam sendo "filhos da mãe". Além do Estado não abrir

[57] DEVREUX, Anne Marie. Família. In: **Dicionário Crítico Feminista**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 99.
[58] DELPHY, Cristine. Patriarcado. In: Dicionário Crítico Feminista. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 174.

creches e escolas suficientes, a entrada das mulheres no "mundo masculino", não correspondeu uma entrada dos homens no "mundo feminino". A execução direta dos serviços domésticos continuava sendo "coisa de mulher"[59]. As feministas queriam que os homens dividissem com as mulheres os afazeres domésticos e, mais, que o Estado fizesse sua parte construindo creches na quais as crianças pudessem ficar enquanto elas iam para o trabalho[60].

É importante destacar o papel do Estado no processo político de manutenção ou eliminação das desigualdades de gênero. É possível perceber uma dupla dinâmica dessa atuação, pois ao mesmo tempo que o Estado propõe políticas públicas que priorizam o bem-estar dos cidadãos construindo a igualdade entre os mesmo, na maioria das vezes reproduz e reforça a opressão das mulheres.

2.2 REPRESENTAÇÕES DOS CORPOS

A década de 1980 trouxe ao público, a situação de inúmeras mulheres vítimas de violência. Junto com os movimentos feministas, o *Mulherio* procurou discutir em quase todas as edições a questão da violência sofrida pelas mulheres no Brasil. No segundo número do jornal, Cármen da Silva escreve *"a violência-nossa-de-cada-dia"*, questionando a violência que começava quando o companheiro intervia em decisões básicas e cotidianas da vida das esposas. As mulheres, ainda vistas pelos homens na condição de sujeitos frágeis, eram inferiorizadas e tinham seus direitos cerceados.

> Reconheceu-se, enfim, que a violência marital não se inscreve necessariamente num quadro de psicopatologia individual ou de marginalização socioeconômica e nem é uma questão de âmbito privado. Muito pelo contrário, a violência contra a mulher se insere no contexto normal da relação entre os sexos, institucionalizada e aceita de ânimo leve pelos cidadãos bem-pensantes. O assassinato, as tragédias que irrompem em manchetes na crônica policial não apresentam a brusca ruptura de uma ordem reinante: fazem parte dessa ordem. São a culminação de um processo, a etapa final de uma escalada de violência[61].

[59] Mulherio. Ano IV, n. 16, maio/jun. 1984, p. 3.
[60] PEDRO, Joana. ***O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho***. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ed.São Paulo: Contexto, 2012, p.251
[61] Mulherio, n. 2, jul./ago. 1981, p. 13

No artigo intitulado *"A estuprada, de vítima a ré*", a colunista Maria Carneio da Cunha apresenta as falhas do sistema jurídico e ainda expõe uma série de dificuldades que a vítima tendia a passar quando a denúncia por estupro era feita. A lei brasileira[62] definia o estupro como um ato de "constranger a mulher a conjunção carnal, mediante a violência ou grave ameaça"[63], ou seja, qualquer outro ato sexual era anulado e classificado como atentado violento ao pudor, reduzindo assim, a pena a ser cumprida pelo réu. Além do mais, a mulher passava por três dificuldades:

> Se ela resolver denunciar, pode ainda encontrar uma série de dificuldades. Elas podem ocorrer já na delegacia, onde muitos delegados e investigadores tendem a considerar sua denúncia como algo de menos importância ou a duvidar da própria existência do fato denunciado, quando baseado apenas na palavra da mulher. (...) o segundo tipo de dificuldade é de ordem técnica. Para que se caracterize o estupro, é preciso que fiquem comprovados tanto o coito vaginal como a violência. A mulher é submetida a exame de corpo de delito, mas este pode não ser concludente. (…) também é difícil comprovar violência, se não ficarem marcas visíveis nas roupas ou no corpo da vítima. O terceiro tipo de dificuldade costuma ocorrer durante o processo, quando o advogado do acusado vai procurar de todas as formas descaracterizar o crime, recorrendo a argumentos baseados na vida progressiva da vítima, na tentativa de provar se houve consentimento. Tenta-se então mostrar que ela tem um comportamento dito regular, que é prostituta habitual, etc. (...) a sua vida e o seu comportamento é que são realmente julgados e não os do acusado[64].

Portanto, o estupro é de certa forma consequência de uma ideologia patriarcal que desvaloriza a mulher como ser humano integral[65]. Desse modo, além das leis reforçarem a concepção tradicional da divisão sexual do trabalho, do planejamento familiar e do poder que o homem detém sobre a mulher na esfera privada, a sociedade espera que as mulheres respondam ao padrão de comportamento normativo atribuído a elas, tanto nas relações familiares, como nos espaços sociais mais amplos.

Na sua edição de nº 4, além de fazer um debate em torno das falhas da lei no que diz respeito ao aborto em consequência do estupro, a matéria intitulada "*A lei ignora a realidade*" coloca ainda em discussão as consequências do aborto clandestino, onde milhares de mulheres morrem durante o procedimento. Embora o aborto clandestino seja no geral, uma experiência

[62] O texto se refere ao art. 213 do Código Penal vigente do ano de 1940, onde a pena atribuída ao crime codificado é de três a oito anos.
[63] Idem, p. 15
[64] Mulherio. Ano I, n. 2 julho/agosto, 1981. pg. 15
[65] Idem, pg. 15.

traumatizante, a maneira como é feita não se aplica do mesmo modo a todas as mulheres. Maria Carneiro da Cunha traz a descriminalização do aborto ligada às questões sociais, ressaltando que as mulheres de classe média/alta, por possuírem melhores condições financeiras, tem uma relativa segurança na prática do aborto em clinicas clandestinas. Diferente daquelas de classe baixa que praticam o auto aborto por meios primitivos e precários, colocando suas vidas em risco. A manutenção da proibição contribui para manter um odioso privilégio de classe, tornando claro que, pouco adiantará a simples liberação legal se a prática não for também gratuita e acessível à população feminina através da rede de saúde oficial[66].

A partir da década de 1970, os grupos feministas justificavam a descriminalização do aborto a partir dos altos números de mortes. A priori, existia uma reivindicação pela autonomia reprodutiva das mulheres, uma liberdade sexual, buscando uma lei que assegurasse o aborto livre com assistência medica legal e igual para todos, porém a sociedade dividiu-se frente ao assunto. Alguns partidos políticos apresentaram posições tradicionais, a esquerda vitimou as mulheres das injustiças sociais e culturais, as quais impediam a maternidade livre e consciente; já a direita juntamente com a Igreja caracterizaram como vítimas os fetos, e poucas correntes laicas definiam o aborto como um direito civil, isto é, como uma questão de liberdade individual onde o Estado não deveria intervir[67].

A descriminalização do aborto foi pautada em pelo menos seis números (4,9,14,15,16,30) do *Mulherio*. Inês Castilho traz uma matéria no nº15 abordando como a questão vinha sendo tratada e vista pela sociedade na década de 1980. Ela complementa o debate chamando atenção para o grande questionamento frente à legalização do aborto na sociedade.

> Um lado os que consideram o aborto uma questão social complexa e apoiam todas as medidas que possam contribuir para a solução. E de outro, os que veem unicamente como uma questão moral individual: de um lado, o que pretendem pôr fim à morte de milhares de mulheres; e de outro, os que sobrepõem à vida desses seres humanos desde a concepção (...). Na verdade, o que se esconde por trás desse debate aparentemente moral é uma discussão política da maior importância: quem deve controlar a reprodução humana? Os homens, o Estado, ou as mulheres, que têm o seu próprio corpo envolvido?[68]

[66] Mulherio. Ano I, n. 4 novembro/dezembro, 1981, pg. 4.
[67] DEL RE, Alisa. Aborto e Contracepção. In: Dicionário Crítico Feminista. São Paulo: Editora UNESP, 2009. P. 24.
[68] Mulherio. Ano III, n. 15 setembro/outubro, 1983, p. 3.

Em grande parte das edições o *Mulherio* desenvolveu um pensamento sobre a opressão simbólica do corpo feminino, onde as mulheres eram representadas como "vasos sagrados", depósitos da vida. Como aborda Joana Pedro, na sociedade ocidental burguesa, as tentativas de controle do corpo das mulheres e de sua capacidade procriativa foram responsáveis pela configuração das mais diversas representações do corpo feminino, tendo como alvo o aparelho reprodutor. Essas representações configuram-se em sintonia com relações sociais históricas que além de expressar as formas de julgamento das mulheres tiveram amparos institucionais[69].

A década de 1980 também foi palco de discussões referentes ao planejamento familiar e o *Mulherio* não ficou de fora. No artigo "*Repensando nossas propostas*" o jornal questiona o programa governamental que visa o controle de natalidade, projeto que aconteceu sem nenhum planejamento e que chegou a comprometer a fertilidade de algumas mulheres; testes de anticoncepcionais e uso contínuo e indevido do medicamento foram os pontos cruciais da publicação. O texto também questiona a inexistência de pesquisas relacionadas ao uso de anticoncepcionais masculinos, o que nos faz refletir sobre a necessidade do Estado em controlar a fecundidade feminina. Em outro número o Mulherio intitulado "*o drama nosso de cada dia*" são feitos comentários a respeito do tema:

> Regular nossa fertilidade. Exercer a maternidade e a contracepção: nossos direitos, luta de longa data. Que agora encontra novos e poderosos interlocutores. Nosso corpo virou "problema de Estado": um avanço, no caso de programas de saúde, de fato. Uma catástrofe quando nossos úteros viram itens nas pautas de negociação de crescimento populacional[70].

O interesse pela manipulação dos corpos femininos sempre foi o motivo de contestação no interior dos grupos feministas, por não se tratar de um interesse específico das mulheres e sim da sociedade. Essa apropriação sobre o corpo feminino vem sendo praticada há tempos, mas somente no decorrer dos séculos XIX e XX os grupos feministas lutaram pelo direito de autonomia sobre eles, incentivando as mulheres a conhecer melhor seu corpo se

---

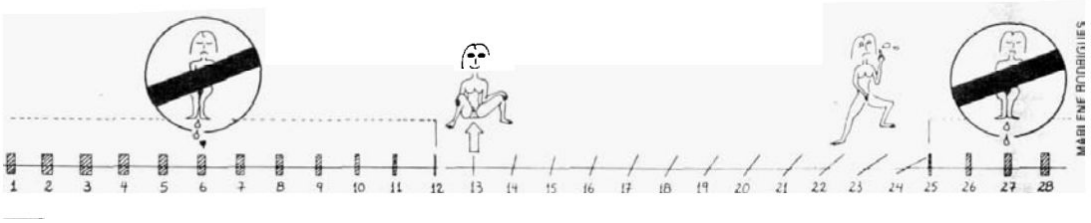
[69] PEDRO, Joana. ***O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho***. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). Nova História das Mulheres no Brasil. 1ed.São Paulo: Contexto, 2012, p 171.

[70] Mulherio. Ano IV, n.19, novembro/dezembro 1984, p. 5.

tornando capazes de cuidar dele, a fim de evitar doenças e a utilização desnecessária de medicamentos.

Na busca pela desconstrução dos valores culturais atribuídos à mulher na sociedade, o jornal em algumas edições trata da menstruação. Um de seus artigos abordando como a menstruação é associada a algo negativo, vergonhoso e sujo. No texto, é possível notar algumas críticas referentes à crescente discussão sobre a menstruação na época, porém, esta discussão não foi em contribuição ao bem estar das mulheres e sim um mecanismo para as empresas obterem lucros com a venda de absorventes e o desenvolvimento de remédios que para os sintomas da "TPM". O *Mulherio* além de incentivar as mulheres a discutirem mais sobre o tema para quebrar o tabu na sociedade, trouxe o exemplo de homens e mulheres que "transam o paquete"[71], desconstruindo a imagem que temos até nos dias atuais de que não é possível transar no período menstrual.

Figura 8 – Linha do ciclo menstrual feminino



Fonte: Mulherio. Ano IV, n.19, novembro/dezembro 1984[72]

2.3 ESPECIFICIDADES FEMININAS

Como o *Mulherio* buscou refletir sobre todas as diversidades femininas, a 12º edição do jornal ficou responsável por discutir menopausa, sexo e amor das mulheres a partir dos 60 anos. Em cartas de leitoras enviadas para a redação do jornal, algumas mulheres relataram que encontraram a felicidade do sexo na velhice, já outras com a chegada da meia idade as relações sexuais com só parceiros esfriavam ou até não aconteciam mais. É importante se pensar que só a partir dos anos 1990 a pessoa idosa teve uma maior atenção das políticas públicas, constituindo-se também, com mais frequência, em temas de pesquisas acadêmicas. Em *Menopausa, sexo e amor*, Marta Suplicy discorreu sobre as dificuldades enfrentadas pelas

[71] O "termo" se refere as relações sexuais realizadas nos períodos menstruais.

[72] Mulherio. Ano IV, n.19, novembro/dezembro 1984. Tabela do ciclo menstrual.

mulheres com a chegada da terceira idade, destacando também como elas poderiam passar por esse período. O texto ainda procura desmistificar os comentários em torno da menopausa, do sexo na terceira idade buscando conscientizar as mulheres da importância da autoestima.

> As mulheres idosas quando solteiras, desquitadas ou viúvas, enfrentam um preconceito ainda maior do que o homem. Nada se espera delas além de que tratem bem os sobrinhos, cuidem dos netos e fiquem "no seu lugar". Existe em nossa cultura uma falsa ideia de que o velho, ou a velha, não tem desejo ou vida sexual, a sociedade hoje tenta negar a sexualidade do idoso. (…) as principais mudanças físicas na sexualidade feminina, fora a puberdade, ocorrem no climatério, que é a fase de transição entre o período fértil e a velhice da mulher. (…) como consequências ocorre uma atrofia da mucosa vaginal, o que torna a relação sexual um pouco dolorosa, uma diminuição da lubrificação vaginal, sangramento. (..)podem ocorrer também mudanças na estabilidade emocional, que diminui; a pessoa fica mais agressiva, deprimida, tensa e irritada. Muitas sofrem de instabilidade vasomotora, que são as chamadas "ondas de calor", dor de cabeça, tontura, palpitação ou dor nas costas. Estes sintomas podem ser aliados com orientação médica, através do uso de estrogênios. Como lembra Simone de Beauvoir no livro Segundo Sexo, o drama feminino na terceira idade é justamente o interesse da mulheres pelo sexo, enquanto os seus companheiros começam a perder esse interesse. Nesta idade, a masturbação retoma a importância que teve na adolescência, não por escolha, mas por ser o que resta. O que me parece importante deixar claro é que, apesar de ocorrerem mudanças físicas neste período para a mulher, a menopausa não é doença. Algumas vão sentir mais modificações, outras menos. Apenas 20/25% sofrerão consequências que justifiquem o uso de medicamentos. O que determinará como a mulher viverá esta idade está na sua cabeça. Como ela se sente: ainda atraente, valorizada, útil... e esta percepção será também influenciada pela sua família e, principalmente, pelo seu companheiro[73].

Figura 5 – Capa da décima segunda edição de Mulherio.

[73] Mulherio. Ano III, de março/abril de 1983, p. 11.

Fonte: Mulherio. Ano III, n.12, março/abril 19839(capa).

O grupo *Mulherio* também discutiu a tripla opressão da mulher: classe, raça e gênero. Em algumas edições trataram da questão da mulher negra na sociedade brasileira. O editorial contou com a participação de Lélia Gonzalez em pelo menos cinco artigos. Em uma das publicações, Gonzalez faz um debate em torno da democracia racial e de que forma a sociedade pensa a discriminação racial sofrida pela mulher negra. Enquanto muitos afirmam que a miscigenação era a prova da democracia racial, a autora demonstra que o grande contingente de brasileiros mestiços resultou do estupro, da violação e de manipulação sexual da escrava, a partir desse fato histórico forjaram-se os preconceitos e o "mito da mulata"[74].

Gonzalez traz outro fato importante: as modernas senzalas (escolas de samba, gafieiras, festas de largo, etc.) serviam como ambiente para as mulatas continuarem sendo exploradas. O mito da sexualidade da mulata é tema de um artigo na edição nº17 intitulado *"Quando a cor é uma profissão"*. O mesmo traz a trajetória de vida de Railda Soares da Cruz, criadora do grupo de mulatas, que vendia o mito da sensualidade da mulher negra, um prato

[74] Mulherio. Ano I, n, 4, novembro/dezembro, 1981, p. 3.

exótico do jantar de casais "modernos" da classe média abastada branca[75].

Para o Mulherio, só era possível se alcançar as melhorias a partir da pluralidade dentro do movimento, por essa razão o editorial buscou abarcar todos os temas possíveis ligados ao universo feminino, transmitindo informação e conscientizando as suas leitoras. Caracterizado por buscar desde sua primeira edição a valorização da mulher e sua autonomia, *Mulherio* buscou problematizar conceitos e experiências relacionadas às identidade de gênero, ao comportamento e à sexualidade feminina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como ponto de partida uma breve análise histórica do movimento feminista brasileiro da década de 1980, onde foi possível problematizar a partir do jornal *Mulherio*, as perspectivas feministas sobre subjetividades e sexualidade femininas. Foi possível perceber que o periódico buscou desde sua primeira edição debater todos os problemas que afetavam as mulheres, abrindo espaço para uma discussão ampla das diferentes posições. Assim ampliou o debate quando possibilitou a participação ativa das leitoras através

[75] Mulherio. Ano IV, n, 17, julho/agosto, 1984, p. 23.

das críticas e sugestões sobre determinado assunto.

Diferente de tudo produzido até a década de 1980, o *Mulherio* apresentou um feminismo com uma linguagem diferenciada, denunciando, contestando e criticando as opressões e dominações sexuais sofrida pelas mulheres na sociedade, levando sempre em consideração a individualidade de cada uma. O jornal apresentou de forma palatável os mais variados assuntos, tais como, liberdade sexual, livre escolha da maternidade e casamento. Houve também amplo debate sobre os padrões de beleza impostos pela sociedade, reivindicações pelo direito "assegurado" ao aborto, informação e livre acesso aos métodos contraceptivos, saúde, auto-cuidado, violência sexual, diversidade feminina. A partir dessas pautas o *Mulherio* buscou romper com os modelos tradicionais, recriando uma identidade própria.

O estudo do periódico possibilitou conhecer a história de luta feminista e como essas mulheres, através da escrita, contribuíram para a construção de uma autonomia e cidadania feminina. Ampliava a possibilidade de uma conscientização social, questionando a opressão machista e os modelos de comportamento impostos pela sociedade sob a sexualidade feminina. Devemos levar em consideração também que parte das edições do periódico foram lançadas no período ainda ditatorial. Diante deste aspecto, o movimento feminista viu nos jornais uma estratégia tanto de resistir ao sistema como também uma nova abordagem de política, já que quebrava com os modelos tradicionais apoiados pelo regime. Desse modo, o *Mulherio* assumiu um discurso feminista funcionando como uma ferramenta de luta pela igualdade de gênero.

Essa nova forma de ativismo, possibilitou expandir o debate e divulgar o movimento feminista, colocando no centro dos debates políticos a condição da mulher na sociedade. Ao mesmo tempo que forneceu mecanismos para compreender a diversidade do movimento feminista, ofereceu estratégias para lutar contra as desigualdades de gênero, influenciando a sociedade e o Estado na construção da autonomia feminina e igualdade de gênero. Quase quarenta anos se passaram desde a primeira edição do Mulherio, e suas edições são marcadas por um feminismo mutifacetado, o qual luta pelo direito através das diferenças.

É importante frisar que o jornal refletiu sobre os modelos culturais e questionou os padrões dominantes do patriarcado, que juntos excluíam, oprimiam, silenciavam e acima de tudo, distorciam a identidade das mulheres. O editorial fez cumprir seu nome, reuniu uma "porção de mulheres" organizadas e conscientes, que passaram a pensar em si mesmas e

desconstruírem juntas as ideologias políticas, sociais e sexuais que estruturam a sociedade. Apesar de muitos dos problemas trazidos nas páginas de *Mulherio* persistirem na atualidade, conclui-se que o *Mulherio* contribuiu dando visibilidade as diferentes formas de opressão e exclusão da mulher na sociedade, tanto na esfera pública quanto na esfera privada. Ao mesmo tempo, que divulgou os ideais feministas, o jornal contribuiu para certa mudança no modo de pensar a mulher daquele período, buscando assim problematizar as questões de gênero.

REFERÊNCIAS

FONTE PRIMÁRIA

MULHERIO, São Paulo: Fundação Carlos Chagas. Disponível em: http://www.fcc.org.br/conteudosespeciais/mulherio/. Acesso em: 18 de Janeiro de 2019

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BOURDIEU, Pierre. ***A Dominação Masculina***. Tradução de Maria Helena Kühner. 2º Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CARDOSO, Elizabeth. **Imprensa Feminista Brasileira pós-1974.** (Dissertação em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

COLLING, Ana Maria. ***As mulheres e a ditadura militar no Brasil***. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2014.

DELPHY, Cristine. Patriarcado. In: **Dicionário Crítico Feminista**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DEVREUX, Anne Marie. Família. In: **Dicionário Crítico Feminista**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. In: **Estudos Avançados**, nº17, 2003

FREITAS, Viviane Gonçalves. O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeiras reflexões à luz da teoria política feminista. **Revista do Programa de Pós-Graduação em História - UnB**. Brasília, vol.2, n. 4, 2014.

FREITAS, Viviane**.** O jornal Mulherio e sua agenda feminista: primeira reflexões à luz da teoria política feminista. **História, histórias**. Brasília, vol. 2, n. 4, 2014, pg. 161.

GOLDBERG, Anette. Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual e um ideário político. In**: BIB**, Rio de Janeiro, n. 28, 2º semestre de 1989, pg 42-70.

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista. **Revista de Estudos Feministas**. vol.11 no.1 Florianópolis, 2003.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla Bassanezi (org). **Fontes Históricas,** São Paulo, Contexto, 2005.

MIGUEL, Luís Felipe. Aborto e Democracia. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis. 20(3). Setembro-dezembro/2012.

NASCIMENTO, Lilian Soares do**. A natureza do corpo feminino em Mulherio: paradoxos de um jornal alternativo feminista brasileiro(1981-1988**). Dissertação Mestrado em História Social – Universidade Estadual de Londrina, 2015.

NUNES, Gilcerlândia Pinheiro de Almeida. A Integração do Negro na Sociedade de Classes": uma difícil via crucis ainda a caminho da redenção**. Revisa Cronos**, NatalRN, v. 9, n. 1, p. 247-254, jan./jun. 2008.

PEDRO, J. M. . O feminismo de 'segunda onda': corpo, prazer e trabalho. In: Carla Bassanezi Pinsky; Joana Maria Pedro. (Org.). **Nova História das Mulheres no Brasil**. 1ed.São Paulo: Contexto, 2012, p. 238-259.

PEDRO, Joana Maria. A experiência com contraceptivos no Brasil: uma questão de geração**. Revista brasileira de História.** São Paulo, v. 23, n. 45, p. 239-260, 2003.

PEDRO, Joana Maria. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História,** São Paulo, v. 26, n. 52, p. 249-272, 2006.

PEDRO, Joana Maria. O uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História.** São Paulo, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Coleção História, São Paulo: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, Maria Izilda Santos de SOIHET, Rachel (orgs.). **Corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

PINSK, Carla Bassanezi. Estudos de gênero e história social**. Estudos feministas,** Florianópolis, v. 17, n. 1, p. 159-189, 2009.

PINTO, Céli Regina. **Uma história do feminismo no Brasil.** São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história**.** Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.)- **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Ed.Mulheres,1998.

RAGO, Margareth. Os feminismos no Brasil: dos "anos de chumbo" à era global**.** Revista Labrys, **Estudos Feministas**. Número 3, 2003.

Safiotti,H. I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SATRI, Cynthia Andersen. Feminismo no Brasil: uma trajetória particular. **Cadernos de Pesquisa,** n.66, fev. 1988.

SATRI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(2). Pg, 35-50., maio-agosto, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade**.** Porto Alegre, 2, jul/dez., 1995.

SOARES, Vera. Movimento de mulheres e feminismo: evolução e novas tendências. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, n. especial, out. 1994.

SOARES, Vera. Movimento feminista: paradigmas e desafios. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 1994.

TAMIÃO, Juliana Segato. **Escritas Feministas: os jornais Brasil Mulher, Nós Mulheres e Mulherio (1975-1988)**. Dissertação de Mestrado em História Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP. São Paulo, 2009.

TELLES, Maria Amélia de A. **Uma breve história do feminismo no Brasil**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1993.

WOITOWICZ, Karina Janz. A imprensa Feminista na luta contra o silenciamento e a impunidade: páginas do movimiento de mulheres pelo fim da violencia sexual e doméstica entre os anos 1970/80**. Revista de Economia Política de las Tecnologias de la Información y Comunicación,** v. 10, n. 2, 2008

ZIRBEL. Ilze. **Estudos Feministas e estudos de Gênero no Brasil: um debate**. Disertação mestrado Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.